



RESOLUÇÃO DA PRESIDÊNCIA
Nº 30/2025

A Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno,

CONSIDERANDO que está em tramitação no Senado Federal o PL 4/2025, que dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata;

CONSIDERANDO que a Comissão Temporária para atualização do Código Civil deve entregar em março suas conclusões sobre a proposta de reforma do Código Civil para a deliberação dos senadores.

CONSIDERANDO que o direito civil corresponde ao direito geral e que o PL 4/2025 traz profundas alterações ao Código Civil, incorporando o direito das pessoas e bens, fatos e negócios jurídicos, obrigações e contratos, responsabilidade civil, direitos reais, direito das famílias e sucessões e direito empresarial, além de introduzir normas sobre direito digital e modificar o direito notarial e imobiliário.

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar o debate jurídico e institucional acerca do PL 4/2025, especialmente diante das profundas alterações propostas, que demandam participação democrática e integrada;

CONSIDERANDO que a reforma do Código Civil deve observar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, dos direitos e garantias fundamentais e do fortalecimento do Estado Democrático de Direito;



CONSIDERANDO a relevância do papel histórico do Instituto dos Advogados Brasileiros na promoção de estudos e formulação de propostas que contribuam para o aperfeiçoamento da legislação e das instituições nacionais;

CONSIDERANDO, por fim, a importância de promover um ambiente técnico e interdisciplinar para análise, diagnóstico e proposição de soluções voltadas à construção de uma atualização do Código Civil que atenda às novas demandas sociais, mas também esteja de acordo com os princípios democráticos de direito,

RESOLVE:

Art. 1º Criar, não obstante a existência da Comissão de Direito Civil e correlatas ao direito civil, o **Grupo de Trabalho Especial de Estudo e Debate do PL 4/2025- Atualização do Código Civil** do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB Nacional.

Art. 2º O Grupo de Trabalho terá como finalidades:

I – promover estudos sobre os fundamentos jurídicos e institucionais da atualização do Código Civil, bem como:

II – analisar a compatibilidade das normas do PL 4/2025 com os parâmetros constitucionais de proteção da dignidade da pessoa humana;

III – formular propostas de diretrizes e recomendações que possam subsidiar a atuação institucional do IAB e o aperfeiçoamento das políticas públicas na área;

IV – elaborar relatório a ser submetido à Presidência e à Comissão; e

V- realizar seminários, congressos, conferências e simpósios no IAB para debate do PL 4/2025 ou do novo Código Civil.

Art. 3º A coordenação do Grupo de Trabalho caberá à **Professora Dra. Fabíola Vianna Moraes**, Presidente da Comissão da Advocacia nos Tribunais Superiores e Órgãos de Controle do IAB.

Art. 4º O Grupo de Trabalho será composto por seguintes membros designados pelos Presidentes, vices e/ou consultores das seguintes Comissões Permanentes do IAB:

- Comissão da Advocacia nos Tribunais Superiores e Órgãos de Controle;
- Comissão de Direito Civil;
- Comissão de Direito das Famílias e Sucessões;
- Comissão de Direito Digital;
- Comissão de Direito do Consumidor;
- Comissão de Direito Empresarial;
- Comissão de Direito Imobiliário;
- Comissão de Inteligência Artificial e Inovação;
- Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem;
- Comissão de Responsabilidade Civil;
- Comissão Especial de Proteção de Dados e Privacidade.

Art. 5º O grupo contará ainda com a colaboração, excepcionalmente, dos convidados seguintes: Dr. Marco Aurélio Bezerra da Silva e Prof. Maria Helena Diniz, ambos para o Congresso, a convite da Presidente do IAB.

Parágrafo Único: Poderão vir a colaborar todos os membros do IAB que entenderem que alguma disciplina do Código Civil tenha impacto social e econômico direto em outro ramo do Direito.

Art. 6º - o agrupamento apresentará uma agenda semanal que preveja a realização de um evento em cada segmento, iniciando na primeira semana do Mês de abril, ficando o mês de março reservado a realização de encontro público entre os presidentes das comissões e coordenadores para a apresentação da proposta de trabalho.



Art. 7º O prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final será de 90 dias, podendo ser prorrogado mediante justificativa da coordenação. Encerrados os trabalhos o grupo será dissolvido.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2025.


Rita Cortez
Presidente Nacional do IAB